

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Valor Econômico

[Título: Governo estuda projeto de lei para marco legal do gás](#) 11

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Paulo Rabello vê banco menor após devolução	2
Título: Justiça paralisa operações de mina de níquel da Vale.....	4
Título: BRASKEM assina acordo em ação nos EUA.....	5
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: Petrobras propõe reajuste salarial de 1,73% e corte no valor da hora extra	6
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	7
Título: Distribuidora será leiloadada por menor tarifa	7
Título: Governo de SP suspende leilão de venda da Cesp	8
Título: Comissão quer revogação de decreto sobre a Renca	9
Título: Petrobras propõe reajuste salarial de 1,73%.....	10
VEÍCULO: Correio Braziliense	10

Título: Leilão pela menor tarifa	10
VEÍCULO: Valor Econômico	11
Título: Governo estuda projeto de lei para marco legal do gás.....	11
Título: Venezuela deixa de usar o dólar na venda de petróleo	12
Título: Sanção americana afeta operação da Citgo, refinaria venezuelana nos EUA	14
Título: Produção do país continua em queda	16
Título: O ponto final do diesel.....	16
Título: Shell quer reforçar presença no Brasil em óleo e gás e energia.....	19
Título: Economia chinesa esfria e derruba commodities.....	21
Título: Destaques	23
Título: CPFL estuda participar de leilão de linhas da Aneel	24
Título: Cemig recorre ao STF para negociar usinas com União.....	25
Título: Braskem paga US\$ 10 milhões para encerrar ação nos EUA.....	26
Título: Eleição na Vale para conselheiro motiva crítica de investidor	27

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Daiane Costa e Danielle Nogueira

Título: Paulo Rabello vê banco menor após devolução

Presidente do BNDES diz que pagamento antecipado pode ser inferior ao pedido pelo Tesouro

O presidente do BNDES, Paulo Rabello de Castro, disse ontem, em evento no Rio, que o banco vai atender ao pedido do governo federal de antecipar o pagamento da dívida com o Tesouro Nacional. Ele afirmou, porém, que não garante que a devolução será feita no montante exigido. O governo pediu que o BNDES antecipasse o pagamento de R\$ 180 bilhões, dos quais R\$ 50 bilhões em 2017 e R\$ 130 bilhões em 2018, para reduzir a dívida bruta brasileira e, assim,

melhorar a situação fiscal do país. A instituição já havia devolvido R\$ 128 bilhões entre 2015 e 2016.

— O governo nos enviou uma carta que merece toda a consideração e pediu que estudássemos a eventual devolução, o que reduziria nossos ativos. Não é a solução mais inteligente, porque diminui o tamanho do banco e as nossas características emprestadoras. Gostaríamos, nessa fase de retomada dos investimentos e dos empregos, de preservar nossa saúde financeira e estar preparado para, em 2018, com mais investimentos sendo demandados, poder atender os financiamentos — disse Paulo Rabello.

O presidente do BNDES participou ontem de evento promovido pela Associação Brasileira de Consultores de Engenharia (ABCE). Paulo Rabello afirmou ainda que todos os indicadores mostram estabilidade do custo do crédito e que o país, nesse campo, está saindo do fundo do poço da demanda por investimento: — Nosso alvo para a carteira de crédito são empréstimos na ordem de R\$ 80 bilhões para este ano. No mais tardar, em 12 meses até fevereiro de 2018.

LEILÃO DE RODOVIAS SEM PEDÁGIO

O superintendente da área de Desestatização do BNDES, Rodolfo Torres, observou que, em duas semanas, o banco deve concluir os estudos de formatação da modelagem para licitação das seis distribuidoras de energia elétrica da Eletrobrás, no Norte e Nordeste. Segundo ele, o processo seguirá em frente, mesmo que a Eletrobrás seja privatizada.

— São processos que se comunicam, mas são independentes. Estamos a todo vapor, em vias de concluir os estudos de modelagem — disse Torres, acrescentando que o BNDES também está em tratativas com o Ministério da Fazenda para eventual participação na condução de estudos de privatização da Casa da Moeda.

O secretário de Articulação de Políticas Públicas do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Henrique Pinto, disse que, no novo modelo de concessão de rodovias — em que trechos curtos serão concedidos por dez anos para manutenção —, é possível que algumas rodovias não tenham pedágio. A receita das concessionárias viria da repartição de recursos do fundo a ser criado e para o qual irá o montante arrecadado com os pedágios das estradas leiloadas. O modelo ainda está em fase de estudos.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Danielle Nogueira****Título: Justiça paralisa operações de mina de níquel da Vale**

Empresa terá de pagar R\$ 50 milhões em compensações a etnias indígenas do Pará

A Vale paralisou ontem suas atividades da mina de Onça Puma, no Pará, após decisão judicial determinando medidas compensatórias em favor de comunidades indígenas que teriam sido afetadas pelo empreendimento. A decisão foi tomada pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região e responde a pedido do Ministério Público Federal (MPF) para que sejam pesquisados os danos causados pela atividade sobre os índios Xikrin e Kayapó. O tribunal estima que a mineradora deve R\$ 50 milhões em compensações aos indígenas.

Essa é a terceira vez que a Vale é ordenada a paralisar Onça Puma. Em 2015, a mina ficou mais de 40 dias parada. Agora, segundo o Ministério Público Federal do Pará, a paralisação deve durar até que a empresa cumpra obrigações socio ambientais, apresentando planos e programas mitigatórios e compensatórios em favor das etnias atingidas.

Enquanto não cumprir as obrigações da licença ambiental relativas aos indígenas, diz o MPF, as atividades em Onça Puma serão suspensas, e a empresa deverá pagar compensações arbitradas em um salário mínimo por indígena afetado, a partir de setembro de 2016. A decisão de ontem confirmou que as indenizações são devidas.

Como a Vale recorreu da decisão e perdeu, deve aos indígenas cerca de R\$ 50 milhões, referentes ao período em que deixou de pagar os valores, estima a Justiça.

O MPF afirma que a atividade em Onça Puma contaminou o rio Cateté com metais pesados, inviabilizando a vida dos cerca de 1.300 Xikrin. Casos de má-formação fetal e doenças graves foram comprovados em estudos, segundo a Procuradoria. A batalha jurídica com a Vale se arrasta desde 2011.

COMPANHIA DIZ QUE VAI RECORRER

A Vale informou em nota que elementos encontrados no rio Cateté, na região do projeto, já estavam no local antes da implantação do empreendimento e que não há relação entre isso e alegados problemas de saúde com a atividade de

mineração de Onça Puma. A empresa afirmou ainda que adotará os recursos cabíveis contra a decisão no TRF.

Inaugurada em 2011, Onça Puma teve produção de 24,1 mil toneladas de níquel em 2016, cerca de 8% da produção de níquel da Vale no ano passado. A mineradora é líder global nesse segmento.

Segundo a Vale, o representante judicial do Pará confirmou, durante o julgamento, que toda a atividade de Onça Puma é fiscalizada por técnicos da Secretaria de Meio Ambiente e que "o rio Cateté, mesmo antes da implantação do empreendimento, já apresentava alguns elementos dissolvidos na água acima do normal, sendo isso uma condição natural da geologia da região, rica em minérios e outras atividades".

A companhia disse, ainda, que repassa cerca de R\$ 13 milhões por ano aos indígenas da etnia Xikrin.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: BRASKEM assina acordo em ação nos EUA

-São Paulo- A petroquímica Braskem, cujo controle é compartilhado entre Petrobras e Odebrecht, informou ontem que assinou uma proposta de acordo com o autor líder da ação coletiva (class action) movida por investidores na Justiça dos EUA.

As chamadas class actions são ações comuns nos Estados Unidos, por meio das quais investidores reivindicam ressarcimento por prejuízos decorrentes da conduta das empresas. No caso da petroquímica, eles cobram indenização pela desvalorização sofrida pelas ADRs (recibos de ações da Braskem, negociados na Bolsa de Nova York) em consequência do envolvimento da companhia nos escândalos de corrupção revelados pela Operação Lava-Jato.

De acordo com comunicado da Braskem, na proposta de acordo assinada com os autores da ação, a empresa se propõe a pagar US\$ 10 milhões "para encerrar todas as demandas dos portadores de suas ADRs, negociadas no período entre 15 de junho de 2010 e 11 de março de 2015, oriundas ou relacionadas ao objeto da class action, exceto pelos pleitos eventualmente formulados pelos adquirentes que venham a solicitar a sua exclusão do acordo". A proposta, observa ainda a petroquímica, agora será submetida à aprovação preliminar da Corte em que tramita o processo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: NICOLA PAMPLONA DO RIO****Título: Petrobras propõe reajuste salarial de 1,73% e corte no valor da hora extra**

A Petrobras e sindicatos reuniram-se nesta quinta (14) para iniciar negociações sobre o acordo coletivo de trabalho de 2017. A empresa ofereceu a seus empregados reajuste salarial de 1,73%.

É o terceiro ano consecutivo em que a companhia propõe reajuste abaixo da inflação. Em 2016, após uma greve, os petroleiros concordaram em ter aumento de 8,57% —a primeira proposta, porém, havia sido de 4,97%.

A estatal quer ainda cortar o pagamento de horas extras para 50% do valor da hora trabalhada, a metade do pago atualmente. Esta proposta também estava na negociação de 2016, mas acabou sendo retirada.

A proposta entregue aos sindicatos inclui ainda a possibilidade de redução da jornada de trabalho de empregados da área administrativa para quatro dias semanais, com corte de 20% no salário.

Este ano, depois de longa disputa com os sindicatos, empregados da estatal passaram a ter a opção de trabalhar seis horas por dia, ao invés de oito, com corte de 25% no salário. Este tema também será alvo de debate nas negociações do acordo de 2017.

A empresa propõe também revisão dos indicadores usados para calcular a participação nos lucros e resultados - que, na estatal, incluem indicadores operacionais, além do resultado financeiro - e o corte de gratificações para trabalhadores de campos terrestres de petróleo e da Amazônia.

Em nota, a Federação Única dos Petroleiros (FUP) afirmou que as propostas reduzem direitos conquistados pela categoria nos últimos anos. "As propostas da Petrobras mudam profundamente o acordo coletivo de trabalho e a nossa relação com a empresa", disse o coordenador da entidade, José Maria Rangel.

Em vídeo postado em redes sociais, ele convocou os trabalhadores para se engajarem em mobilizações e pressionar a empresa. As duas partes se reunirão na semana que vem para continuar as negociações.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Anne Warth/BRASÍLIA****Título: Distribuidora será leiloada por menor tarifa**

Regra deve valer para subsidiárias da Eletrobrás que enfrentam dificuldade; antes da licitação contas de luz terão reajuste

O governo vai leiloar algumas das distribuidoras da Eletrobrás pelo critério da menor tarifa. Essa regra poderá ser usada para as subsidiárias que atuam no Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Alagoas e Piauí, que aumentarão a conta de luz dos clientes até novembro. O vencedor dos leilões será quem oferecer desconto maior sobre esses reajustes. No caso das empresas em melhor situação financeira o governo ainda pretende vendê-las para quem propuser o maior pagamento pelo uso da concessão. A Eletrobrás quer concluir até o fim do ano a venda de todas essas subsidiárias para sair em definitivo do setor de distribuição. Isso deve ocorrer antes do processo de desestatização da empresa, previsto para 2018. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que regula o setor, recomenda que as seis distribuidoras sejam licitadas pela menor tarifa, mas o governo espera que pelo menos algumas delas rendam recursos para reforçar o caixa da União. A definição sobre o critério do leilão de cada uma das companhias deve ser tomada no fim do mês.

Segundo apurou o Estadão/ Broadcast, por enquanto só há consenso sobre a Amazonas Energia, dona da pior situação financeira. Se houver cobrança de outorga (taxa pelo uso da concessão) na licitação da companhia, a tarifa dos clientes atendidos no Estado teria de dobrar. Para evitar esse impacto, a empresa será leiloada pelo critério de menor tarifa. Reajuste. A licitação dessas distribuidoras deveria ocorrer até 31 de dezembro, mas pode ficar para o primeiro trimestre de 2018. Antes do leilão, para atrair investidores, as tarifas dessas empresas serão reajustadas. É sobre essas tarifas, que entrarão em vigor entre setembro e novembro, que investidores poderão oferecer descontos no leilão.

Os reajustes vão considerar a flexibilização de indicadores de custos operacionais e de perdas não técnicas – os chamados “gatos”. Significa que a Aneel permitirá reajustes a essas empresas mesmo que tenham baixa eficiência operacional. Para uma fonte que participa das discussões, esse aumento é um “mal necessário”, pois não há outra forma de atrair interessados para operar essas empresas, que hoje possuem tarifas baixas e ilusórias. Boa parte dos custos dessas distribuidoras é bancada por recursos de fundos setoriais e empréstimos subsidiados.

Essa situação é resultado de anos de má gestão estatal, disse outra fonte. De acordo com a Aneel, se o novo operador da Amazonas Energia aplicasse os recursos necessários para adequar a empresa aos padrões regulatórios no primeiro ano de concessão, levaria 35 anos para recuperar o dinheiro investido, sem ter prejuízo nem lucro. Após esse reajuste, as empresas – que hoje têm seus custos bancados por empréstimos subsidiados – devem passar a receber menos recursos de fundos setoriais, propõe a Aneel. Hoje, as distribuidoras custam R\$ 202,3 milhões mensais. A Aneel propõe que esse valor seja reduzido para R\$ 142,4 milhões. Os recursos vêm do fundo setorial Reserva Global de Reversão (RGR), que é abastecido com dinheiro das tarifas de todos os brasileiros. Numa situação hipotética, se os leilões não ocorrerem, a Aneel calcula que o aumento tarifário necessário para bancar essas empresas seria de 30%, em média, em 2018. Ou seja, para o consumidor, o leilão vai proporcionar uma conta de luz mais barata.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fátima Laranjeira Renée Pereira

Título: Governo de SP suspende leilão de venda da Cesp

Privatização da geradora estava prevista para dia 26 de setembro mas o baixo interesse dos investidores fez processo ser adiado

A Companhia Energética de São Paulo (Cesp) anunciou ontem que o Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização decidiu suspender a venda da estatal, marcada para 26 de setembro. A informação vai constar na edição do 'Diário Oficial' do Estado de São Paulo de hoje. Em 3 de agosto o governo paulista publicou o edital de desestatização da geradora, em que estabeleceu o preço mínimo, de R\$ 16,80 por ação, ou R\$ 1,956 bilhão pelos papéis detidos pelo poder público. As propostas deveriam ser apresentadas na B3, a bolsa de valores paulista, até a próxima segunda-feira. A Cesp é composta por três usinas hidrelétricas, que somam 1.654 MW de capacidade instalada e cujos contratos de concessão vencem entre 2020 e 2028.

O vencimento das concessões contou muito na hora dos investidores fazerem as contas. Fontes ouvidas pelo Estado afirmam que o apetite estava muito fraco entre os grupos que potencialmente teriam condições de comprar a estatal. O governo paulista contava com o interesse dos chineses, especialmente da China Three Gorges (CTG), que já havia comprado outras usinas da Cesp, cujo contrato de concessão venceu e foi retomado pelo governo. Mas, segundo fontes de mercado, esse apetite esperado não se confirmou. Além disso, o novo cenário, com o anúncio da privatização de Eletrobrás, fez o governo de São Paulo dar

uma pausa no processo. A expectativa da administração paulista é que haja alguma mudança que possa beneficiar as usinas da Cesp, afirma uma fonte do setor. Isso significa que o governo não desistiu por completo de privatizar o que sobrou da Cesp.

A previsão é que até o fim do ano haja uma nova decisão sobre a venda da estatal, que já passou por várias tentativas frustradas de privatização no passado. Até lá, o governo quer aproveitar o tempo para fazer alguns ajustes técnicos no processo de venda da companhia. Segundo fontes, no entanto, esses ajustes não vão representar mudanças radicais em todo o processo. Negociação. Antes de decidir pela privatização da geradora, o governo paulista chegou a buscar com o governo federal a prorrogação do contrato de sua principal usina, Porto Primavera (1.540 MW), que vence em 2028, visando também a obter um valor maior para a companhia, mas as contrapartidas exigidas levaram o Estado de São Paulo a optar por dar seguimento à privatização com os contratos atuais.

No edital de licitação, o governo incluiu uma cláusula em que o futuro controlador da Cesp se comprometia a compartilhar com o governo paulista e outros potenciais vendedores valores adicionais obtidos pela companhia no futuro, como indenização pelo término das concessões de Três Irmãos, e de Ilha Solteira e Jupiá. Trata-se de uma cláusula conhecida como “earn-out”, que compensa os vendedores em relação a potenciais lucros futuros, ao mesmo tempo em que estimula o novo controlador a uma melhora de desempenho. No caso de Três Irmãos, por exemplo, a Cesp reivindica o direito de receber R\$ 3,5 bilhões (a preço de abril/2013), correspondente ao valor residual contábil do ativo anotado à época. A União se propõe a pagar R\$ 1,7 bilhão (a preço de 2012). /COLABOROU LUCIANA COLLET

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Comissão quer revogação de decreto sobre a Renca

AMAZÔNIA/BRASÍLIA

A Comissão de Meio Ambiente da Câmara pediu ontem a revogação definitiva do decreto de extinção da Reserva Nacional de Cobre e Associados (**renca**), uma área intocada da floresta entre os Estados do Amapá e do Pará. "A maneira agressiva que foi feito (o decreto) não só causou constrangimento da sociedade brasileira, mas do parlamento como um todo, atingiu a Câmara e o Senado", afirmou o presidente da comissão, deputado Ricardo Trípoli (PSDB-SP)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor:****Título: Petrobrás propõe reajuste salarial de 1,73%**

A Petrobrás apresentou ontem às entidades sindicais proposta de reajuste salarial de 1,73%, no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2017, segundo nota divulgada pela estatal. No momento em que trabalha para reduzir custos e despesas, a empresa também indicou a possibilidade de os empregados que atuam no regime administrativo flexível ou fixo optarem pela redução de cinco para quatro dias trabalhados por semana, com diminuição proporcional de remuneração. A redução opcional de jornada de oito horas para seis horas continuará sendo oferecida aos trabalhadores do regime administrativo com horário flexível, acrescentou.

Em relação às horas extras, a Petrobrás está propondo acréscimo de 50%, conforme Constituição Federal, em vez dos 100% praticados atualmente pela estatal. Segundo a Federação Única dos Petroleiros (FUP), a proposta de Acordo Coletivo apresentada pela Petrobrás reduz uma série de direitos conquistados nos últimos anos. A FUP afirmou ainda em nota que está reunida para avaliar a negociação e definir os próximos passos da campanha salarial. / D.L. E FÁTIMA LARANJEIRAS COM REUTERS

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Economia****Autor: Alessandra Azevedo****Título: Leilão pela menor tarifa**

O governo vai leiloar algumas das distribuidoras da Eletrobrás pelo critério da menor tarifa. Essa regra poderá ser usada para as subsidiárias que atuam no Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Alagoas e Piauí, que aumentarão a conta de luz dos clientes até novembro. O vencedor dos leilões será quem oferecer desconto maior sobre esses reajustes.

No caso das empresas em melhor situação financeira, o governo ainda pretende vendê-las para quem propuser o maior pagamento pelo uso da concessão. A Eletrobrás quer concluir, até o fim do ano, a venda de todas essas subsidiárias para sair em definitivo do setor de distribuição. Isso deve ocorrer antes do processo de desestatização da empresa, previsto para 2018.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que regula o setor, recomenda que as seis distribuidoras sejam licitadas pela menor tarifa, mas o governo

espera que pelo menos algumas delas rendam recursos para reforçar o caixa da União. A definição sobre o critério do leilão de cada uma das companhias deve ser tomada no fim do mês.

Segundo fontes do setor, por enquanto, só há consenso sobre a Amazonas Energia, dona da pior situação financeira. Se houver cobrança de outorga (taxa pelo uso da concessão) na licitação da companhia, a tarifa dos clientes atendidos no estado teria de dobrar. Para evitar esse impacto, a empresa será leiloada pelo critério de menor tarifa.

A licitação dessas distribuidoras deveria ocorrer até 31 de dezembro, mas pode ficar para o primeiro trimestre de 2018. Antes do leilão, para atrair investidores, as tarifas dessas empresas serão reajustadas. É sobre essas tarifas, que entrarão em vigor entre setembro e novembro, que investidores poderão oferecer descontos no leilão.

Para uma fonte que participa das discussões, esse aumento é um “mal necessário”, pois não há outra forma de atrair interessados para operar essas empresas, que hoje possuem tarifas baixas e ilusórias. Boa parte dos custos dessas distribuidoras são bancados por recursos de fundos setoriais e empréstimos subsidiados. Essa situação é resultado de anos de má gestão estatal, disse outra fonte.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Governo estuda projeto de lei para marco legal do gás

O governo estuda mudar a estratégia com relação à apresentação da proposta de mudança do marco legal do gás natural, fruto do programa "Gás para Crescer", ao Congresso. A ideia inicial do governo era enviar uma proposta de projeto de lei específica. O plano agora é implementar as mudanças no arcabouço legal por meio de um projeto de lei (PL) já em trâmite na Câmara, cujo relator é o deputado Marcus Vicente (PP-ES).

"Estamos sob a coordenação da Casa Civil discutindo isso no âmbito do governo e, ao mesmo tempo, discutindo, com a câmara dos deputados [...] e há possibilidade, inclusive, de o governo não apresentar um PL e o próprio substitutivo do deputado Marcus Vicente, que é o atual relator, incorporar [as mudanças]", afirmou ontem o secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do **Ministério de Minas e Energia**, Márcio Félix, em evento da Câmara Britânica de Comércio e Indústria no Brasil (Britcham), no Rio.

Na prática, o governo vai analisar o substitutivo de Mendes para decidir se propõe, ou não, mudanças no texto. Questionado se o documento terá a previsão de criação de um mercado livre federal de gás natural, Félix disse que "depende do substitutivo", mas acrescentou que a proposta de criação desse ambiente de negócios foi apresentada na comissão de Minas e Energia da Câmara há algumas semanas.

Com relação à cessão onerosa, o secretário afirmou ter um volume de pelo menos 10 bilhões de barris de óleo equivalente (boe) na região. "Tem pelo menos 10 bilhões de barris. São 5 bilhões da Petrobras e mais 5 [bilhões]. Quanto maior esse número, além dos 5 [bilhões de barris da Petrobras], melhor", completou ele.

O objetivo do governo é concluir até o fim do ano a negociação da Petrobras com relação ao contrato da cessão onerosa. Félix reafirmou que tudo indica que a petroleira será credora no processo e que já está pacificado que o pagamento pelo governo será em óleo.

Os principais pontos ainda a serem acertados na negociação são o preço de referência do barril de petróleo - que determinará quem é credor na negociação e o quanto terá a receber - e um acordo sobre a operação da área da cessão onerosa, já que o governo quer leiloar o excedente no primeiro semestre do próximo anos. "Quanto mais tempo passar, todos perdem", disse Félix.

Com relação à cessão onerosa, a estatal adquiriu em 2010 o direito de produzir até 5 bilhões de barris, por US\$ 42 bilhões. O contrato, no entanto, previa uma rodada de renegociação após a declaração de comercialidade das áreas, mas foi obstruído pela volatilidade dos preços do petróleo. Na época da assinatura do contrato, o preço de referência de venda do barril de petróleo estava perto de US\$ 80, mas desde 2014 caiu de forma acentuada. Hoje gira em torno de US\$ 50.

Sobre os leilões do pré-sal, marcados para 27 de outubro, Félix contou que 17 companhias apresentaram pedido de inscrição no conjunto das duas rodadas previstas. O secretário disse esperar grande disputa entre os participantes pela área unitizável do campo de Carcará, no pré-sal da Bacia de Santos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Anatoly Kurmanaev | Dow Jones Newswires, de Caracas

Título: Venezuela deixa de usar o dólar na venda de petróleo

Na tentativa de contornar os efeitos das sanções dos EUA, o governo da Venezuela tem dito às tradings de petróleo que vai deixar de receber e de enviar pagamentos em dólares, disseram fontes.

Tradings que exportam petróleo venezuelano ou importam derivados de petróleo começaram a converter suas faturas para euros. A estatal petrolífera PDVSA orientou seus parceiros de joint-venture privados a abrir contas em euros e a converter para essa moeda o caixa atual, disse um dos parceiros.

A medida visa driblar as sanções financeiras impostas pelos EUA em agosto contra a Venezuela, por prender opositores políticos e por criar uma Assembleia Constituinte acima das instituições do país.

A PDVSA e o Ministério da Energia do país não deram retorno a pedidos por seus comentários.

A nova política de pagamento não foi anunciada oficialmente, mas o governo de Nicolás Maduro vinha insinuando isso após o Departamento do Tesouro dos EUA ter proibido qualquer empresa ou cidadão americano de comprar novos títulos da dívida venezuelana. Caracas começou a qualificar as sanções de "um bloqueio", imitando a linguagem usada por Cuba ao se referir ao embargo econômico de Washington contra a ilha.

"Para lutar contra o bloqueio econômico haverá uma cesta de moedas que nos libertará do dólar", disse na sexta-feira o vice-presidente Tareck El Aissami, cujo nome está na lista negra nos EUA.

A Venezuela ficou cada vez mais isolada do sistema financeiro internacional quando Maduro reagiu a protestos determinando uma operação de repressão que resultou na morte de mais de 120 pessoas e rompeu os últimos resquícios de equilíbrio entre os poderes no país. Grandes bancos internacionais têm restrições cada vez maiores a fazer negócios com o governo de Maduro, o que obriga a PDVSA a recorrer a bancos como o russo Gazprombank e o chinês Citic Bank para processar determinantes pagamentos de petróleo.

Especialistas em economia venezuelana ficaram perplexos com a política antidólar do governo, observando que é difícil para o país se isolar do sistema financeiro dos EUA, seu maior parceiro comercial. As exportações de petróleo, primordialmente para os EUA, respondem por cerca de 95% da receita venezuelana em moeda forte.

"Pode-se dizer o que se quiser a título de propaganda interna e fazer parecer que você está adotando retaliações contra os EUA", disse a analista de títulos Siobhan Morden, da Nomura. "Essa dissimulação política só vai prejudicá-los."

Ela disse que a medida elevará os custos de transações para converter moedas. "É uma autodestruição sem finalidade prática."

O economista Henkel García, da consultoria Econométrica de Caracas, disse que o governo teme novas sanções financeiras americanas e o possível sequestro de seus ativos no exterior. A Venezuela enfrenta dezenas de processos judiciais internacionais em que empresas estrangeiras reivindicam indenizações por estatizações.

Manter o fluxo de receita do petróleo é prioridade de Maduro, que enfrenta a queda da produção e cerca de US\$ 3,5 bilhões em pagamentos de bônus ainda neste ano.

Maduro respondeu às sanções dos EUA acusando o presidente Donald Trump de mover uma "guerra econômica" em meio a uma recessão sem precedentes. As mais recentes sanções de Washington proíbem qualquer cidadão ou instituição americanos de comprar qualquer título novo da PDVSA de mais de 90 dias. Segundo alguns advogados, isso inclui contratos de venda de petróleo emitidos pela estatal venezuelana.

O presidente da Venezuela prometeu distanciar o comércio do país dos EUA e criar uma cesta de moedas da Rússia, China e Índia que será oferecida a empresas locais a fim de importar produtos em consonância com o sistema de controle cambial do país.

"Gerir euros parece ser a segunda melhor opção deles", disse García. "Quando eles dizem que estão migrando para rublos ou yuans, é apenas retórica anti-imperialista."

O governo da Venezuela cancelou leilões de dólar para importadores na terça-feira, atribuindo a medida às sanções americanas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Marianna Parraga e Catherine Ngai | Reuters, de Houston e Nova York

Título: Sanção americana afeta operação da Citgo, refinaria venezuelana nos EUA

As recentes sanções dos EUA contra a estatal venezuelana PDVSA estão começando a afetar a sua unidade americana, a Citgo Petroleum, que enfrenta dificuldades para obter o crédito necessário para comprar petróleo, disseram traders e bancos à Reuters.

Poucos fornecedores estão dispostos a vender petróleo para a Citgo sem exigir pagamento antecipado ou carta de crédito de bancos. A empresa processa 749 mil barris por dia, segundo fontes.

Duas fontes ligadas a fornecedores de petróleo canadense disseram que suas empresas não autorizam mais negócios diretos com a Citgo. Por isso, começaram a vender o petróleo por meio de terceiros, para evitar o risco de crédito.

As três refinarias da Citgo - em Illinois, Texas e Louisiana - respondem por cerca de 4% da capacidade doméstica de refino dos EUA. A companhia é uma grande fornecedora de gasolina, diesel e combustível de aviação. Se os problemas financeiros aumentarem os custos para obter a matéria prima, isso reduzirá seus lucros, tornando a companhia menos competitiva.

A recente ampliação das sanções dos EUA à Venezuela, que passaram a visar membros do governo de Nicolás Maduro, executivos da PDVSA e algumas emissões de dívida soberana, está dissuadindo bancos e fornecedores de conceder até mesmo crédito rotineiro à Citgo, segundo essas fontes.

A Venezuela é a principal fornecedor de petróleo da Citgo, mas a empresa também compra dos EUA e de outros países. Alguns fornecedores já avisaram que poderão cobrar mais da Citgo para refletir o risco adicional de crédito.

"Estamos mais conservadores quando se trata da PDVSA ou qualquer de suas unidades", disse um executivo de uma empresa de comércio exterior com um longo histórico de relacionamento com a PDVSA. "Os bancos que têm recusado a fornecer crédito são bastante racionais, eles não querem ficar exposto a sanções", acrescentou.

Como resultado, a Citgo está tentando renegociar os termos com seus fornecedores, disse um trader de uma firma que está exigindo da companhia pagamento antecipado. O fornecedor está preocupada com o risco maior de default, assim como das sanções.

Outro problema que aflige a Citgo é a necessidade de comprar mais petróleo no mercado para compensar a queda na produção da Venezuela. De junho a agosto, a PDVSA forneceu só a metade dos 220 mil barris/dia de petróleo que deveria enviar a Citgo, segundo dados levantados pela Reuters. Ao mesmo tempo, a Venezuela elevou as entregas para a estatal russa Rosneft, para pagar empréstimos.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Internacional****Autor: Agências internacionais****Título: Produção do país continua em queda**

A produção de petróleo da Venezuela caiu mais de 10.000 barris por dia, para 2,02 milhões de barris/dia em agosto, em meio ao agravamento da crise econômica e política do país, segundo informações da Agência Internacional de Energia (AIE). O país vem sofrendo com falta investimentos para manter o nível de produção.

Nos últimos doze meses, a produção de petróleo venezuelana caiu 170 mil barris por dia, o que implica em menos receita para um país que enfrenta dificuldades para pagar importações de produtos básicos, como alimentos e medicamentos, e para fazer a manutenção do seu crucial setor de energia.

A AIE também diz que as refinarias venezuelanas estão operando com menos de 50% de sua capacidade de 1,3 milhão de barris/dia.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Opinião****Autor: Nilo D'Ávila e Jorge Abrahão****Título: O ponto final do diesel**

Vereadores da cidade de São Paulo e o prefeito João Doria precisarão tomar, nas próximas semanas, uma decisão capaz de influenciar os rumos do transporte público no país. O que está em jogo são os combustíveis utilizados na frota de ônibus da cidade, a maior da América Latina, objeto de intensos debates que ocorrem na esfera pública há mais de dois anos. Com a iminência do prazo para abertura da licitação que determinará o funcionamento do sistema de ônibus nos próximos anos, é preciso definir como será feita a transição para combustíveis renováveis e menos poluentes.

A lei 14.933, que institui a política de mudanças climáticas no município, determina que até 2018 todos os veículos da frota deveriam circular exclusivamente com combustíveis renováveis. Publicada em 2009, trata-se de uma lei mal escrita, que não inclui sanções para o caso de não cumprimento, e justamente por isso nada foi feito - apenas 1% da frota é abastecida com energia renovável, quando deveríamos já ter a marca de 90%. O prazo de 2018 se tornou inviável, e agora a Câmara Municipal e a Prefeitura debatem alterações na lei para viabilizar a publicação da licitação.

O assunto é importante por diversas razões. Em primeiro lugar, pelo número de mortes a serem evitadas: segundo estudo elaborado pelo Instituto Saúde e Sustentabilidade (ISS), referência no tema de poluição do ar, uma transição rumo a 100% de combustíveis renováveis nos próximos anos salvaria mais de 12 mil vidas até 2050, e ainda mais vidas se um prazo maior for considerado. Estamos falando literalmente de uma vida por dia, além de um número muito maior de pessoas que sofrem cotidianamente com enfermidades relacionadas à poluição.

Só 1% da frota é movida a combustível renovável, quando pela lei atual a meta era atingir 90% em 2018

Em segundo lugar, pelo impacto dessas mortes e enfermidades na economia. O mesmo estudo do ISS estima uma perda de produtividade na casa dos R\$ 3,6 bilhões até 2050, somados a R\$ 44 milhões em despesas com serviços de saúde.

Em terceiro lugar, pela relevância dessa transição de combustíveis no combate às mudanças climáticas. O Acordo de Paris, firmado pela ONU em 2015, aponta para o fim do uso de combustíveis fósseis, e diversas cidades ao redor do mundo estão tomando a liderança. Londres e Paris eliminarão a venda de veículos a combustão até 2040. Shenzhen, cidade com 12 milhões de habitantes na China, já roda com 85% de ônibus elétricos e logo chegará aos 100%. Em diversas cidades da Índia, um total de 150 mil ônibus movidos a combustíveis fósseis serão substituídos também por elétricos até 2030.

São Paulo tem tudo para encabeçar essa pauta no Brasil e na América Latina. Além dos benefícios já mencionados, um plano sólido e ambicioso para a transição no sistema de ônibus da cidade daria um importante sinal a investidores que pensam no futuro da energia e da mobilidade, atraindo recursos e beneficiando esses setores amplamente. E também influenciaria outras cidades do país e da região, dada a visibilidade e o peso político e econômico que São Paulo tem.

Concretamente, a principal proposta de revisão da lei 14.933 que temos em debate na Câmara Municipal aponta na direção contrária à de uma postura de liderança. O texto é de Milton Leite, vereador e atual presidente da Câmara. Muito menos ambicioso do que a lei hoje em vigor, esse texto aponta para uma redução de 20% nas emissões de dióxido de carbono, 60% nas de óxido de nitrogênio e 70% nas de material particulado na próxima década - números que seriam atingidos praticamente sem esforço se fosse apenas respeitada a renovação da frota pelos padrões atuais de emissões. Além disso, não são apresentadas sanções para o caso de não cumprimento, repetindo a receita do fracasso da lei original.

Cabe dizer que esse texto serve como substitutivo de um projeto de lei apresentado também por Milton Leite em maio deste ano, que foi duramente criticado por especialistas da área de transportes, montadoras e organizações da sociedade civil. Entre outras limitações, o projeto propunha adiar em longos vinte anos o prazo de substituição de combustíveis. Percebendo grande resistência por parte da sociedade, o vereador apresentou o novo texto mencionado acima, agora trabalhando no horizonte de dez anos, mas ao mesmo tempo reduzindo drasticamente a ambição na redução da poluição. Ou seja: trocou seis por meia dúzia.

As discussões ainda estão em andamento e há espaço para vereadores e a Prefeitura apresentarem propostas que estejam à altura do desafio. Após novas cobranças, Milton Leite já se comprometeu a revisar seu texto novamente. Também estão em discussão textos alternativos apresentados pelos vereadores Caio Miranda e Gilberto Natalini que, apesar de não serem perfeitos, já apontam para uma transição completa nos combustíveis.

É possível zerar todas as emissões dos ônibus em menos de uma década, com metas anuais de substituição dos veículos que ajudem a chegar lá. Um relatório recente do Greenpeace mostra a viabilidade técnica e financeira disso, tomando como referência a capacidade de produção das montadoras e os diversos canais de financiamento disponíveis.

Cabe destacar, inclusive, que o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o BNDES, que estão entre os principais financiadores de políticas de mobilidade no mundo, já anunciaram planos de reduzir drasticamente os recursos disponíveis para projetos que envolvam combustíveis fósseis. Esses recursos serão redirecionados justamente para soluções com combustíveis renováveis.

Além do objetivo de zerar emissões, é necessário impor sanções firmes, como multas altas ou a interrupção de repasses da prefeitura a empresas em situação irregular. Essas sanções podem ser acompanhadas de bonificações a quem cumprir metas mais rápido do que os prazos estabelecidos na lei, estimulando uma transição acelerada.

Está plenamente ao alcance dos vereadores de São Paulo e do prefeito João Doria tomar a decisão certa para a saúde da população e o enfrentamento às mudanças climáticas, traçando um plano firme rumo ao fim da poluição causada pelos ônibus da cidade. Só falta agir.

Nilo D'Ávila é diretor de Campanhas do Greenpeace.

Jorge Abrahão é coordenador geral da Rede Nossa São Paulo e do Programa Cidades Sustentáveis**VEÍCULO: Valor Econômico****Seção: Empresas****Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Shell quer reforçar presença no Brasil em óleo e gás e energia**

Embora esteja focada na execução de um programa global de venda de ativos de US\$ 30 bilhões, com o objetivo de saldar parte das dívidas que tomou para financiar a aquisição da BG, a Shell vê sua presença no Brasil num movimento inverso. Diretora financeira mundial da petroleira anglo-holandesa, Jessica Uhl, relata que a empresa pretende investir ao menos US\$ 10 bilhões (R\$ 31,5 bilhões) no país até 2021 e que mira novas oportunidades de expandir seus negócios no mercado brasileiro, tanto na exploração e produção de petróleo, quanto no setor de gás natural e geração de energia.

Com a compra da BG, a Shell se tornou, no ano passado, a segunda maior produtora de petróleo do país, atrás apenas da Petrobras. Cerca de 10% da produção mundial da companhia vem do Brasil: são, ao todo, 320 mil barris diários de petróleo, produzidos nos ativos onde a companhia já operava na Bacia de Campos (Parque das Conchas e Bijupirá e Salema), mas sobretudo campos do pré-sal incorporados ao seu portfólio a partir da aquisição da BG, como Lula e Sapinhoá - onde a Shell é sócia minoritária da estatal brasileira.

A compra da petroleira britânica significou, para a Shell, acesso aos principais projetos de produção de óleo e gás no pré-sal brasileiro. A pouco mais de um mês da 2ª e 3ª rodadas de partilha - conhecidas como "leilões do pré-sal" -, marcadas para 27 de outubro, a companhia se prepara para as licitações, de olho em oportunidades de reforçar sua presença no pré-sal.

De US\$ 30 bi previstos de desinvestimentos, Shell já concluiu US\$ 15 bi, tem US\$ 7 bi anunciados e negocia outros US\$ 4 bi

Além disso, a companhia também olha oportunidades a partir do programa de desinvestimentos da Petrobras, que prevê levantar US\$ 21 bilhões até o fim de 2018 com venda de ativos, mas não há nada concreto.

A depender do sucesso da companhia nos leilões, os investimentos previstos para os próximos anos no Brasil, no valor de US\$ 10 bilhões, podem atingir cifras ainda maiores. Jessica destaca que o plano de negócios global da Shell está concentrado em dois grandes segmentos: exploração e produção de óleo e gás e o setor de químicos e petroquímicos. "No Brasil, especificamente, estamos

olhando para oportunidades em águas profundas", disse a executiva, em entrevista exclusiva ao **Valor**, em viagem ao Brasil - o primeiro país que ela escolheu para visitar, desconsiderando viagens para encontrar investidores, desde que assumiu a diretoria financeira em março deste ano.

Além das oportunidades do pré-sal, a Shell tem interesse, também, no mercado brasileiro de gás natural e geração de energia. No mês passado, a companhia obteve da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) autorização para atuar como comercializadora de energia no mercado brasileiro.

"Estamos trazendo algumas experiências dos Estados Unidos para o Brasil, estamos estruturando novos negócios para aproveitar esse modelo de 'gasto power' [instalação de termelétricas na cabeça do poço]", afirmou Jessica.

Ela disse, ainda, que a empresa procura oportunidades de reforçar sua presença no segmento de gás natural na América do Sul e que avalia a possibilidade de investir em plantas de regaseificação de gás natural liquefeito (GNL).

"Estamos importando GNL para a América do Sul. É algo que já estamos fazendo. Vamos continuar procurando formas de crescer esse negócio", disse.

Com relação ao setor de gás natural brasileiro, a executiva contou que a companhia estuda diversas oportunidades de desenvolver negócios, como transporte de gás por meio de dutos, movimentação de GNL, entre outros, buscando "a melhor maneira de movimentar a molécula [de gás], o melhor modelo de negócio e as melhores soluções para clientes no mercado".

Sobre o programa de desinvestimentos, a Shell já executou a metade dos US\$ 30 bilhões previstos para o triênio 2016-2018. Para além dos US\$ 15 bilhões já concluídos, a companhia já tem outros US\$ 7 bilhões em desinvestimentos já anunciados e mais de US\$ 4 bilhões em negociações em curso, segundo dados da petroleira do segundo trimestre.

Jessica destacou, no entanto, que a empresa não possui "desinvestimentos substanciais" em andamento no Brasil. "Estamos muito felizes com a posição que temos aqui", afirmou. "O Brasil é um dos países mais importantes para a Shell", complementou.

Embora o mercado brasileiro já seja um dos principais destaques operacionais da companhia, o aumento da produção da petroleira no país, proporcionado pela aquisição da BG, ainda não se transformou em lucro. Em 2016, a companhia fechou com prejuízo de R\$ 424 milhões, ante R\$ 4,32 bilhões em 2015. As receitas líquidas, impactadas pela queda do preço do barril do petróleo, por sua vez, caíram 24,5%, para R\$ 1,89 bilhão.

Além da atividade de exploração e produção de óleo e gás, a Shell atua no Brasil nas áreas de lubrificantes - onde também tem planos de aumentar sua participação de mercado - e nos segmentos de distribuição de combustíveis (por meio da Raízen) e de gás canalizado (Comgás, fatia que está à venda).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás e Rodrigo Rocha | De São Paulo

Título: Economia chinesa esfria e derruba commodities

A esperada desaceleração da economia chinesa chegou e acertou em cheio os preços das commodities. Os chineses revelaram um crescimento menor que o esperado tanto na produção industrial quanto no investimento em infraestrutura - dois índices que estavam sustentando uma alta do minério de ferro e alguns metais não ferrosos já considerada exagerada pelos analistas - e acendeu o sinal amarelo para a demanda por essas matérias-primas. No mês passado, a produção industrial da China subiu 6% na comparação anual, a menor velocidade desde dezembro. O aumento da formação bruta de capital fixo, de 7,8%, foi o pior resultado desde 1999.

Ontem, o minério de ferro fechou em queda de 3,4% no porto de Qingdao, na China, cotado a US\$ 73,99 por tonelada, segundo a "Metal Bulletin". É o recuo percentual mais agudo em três meses, que levou o insumo ao menor patamar em um mês.

Na Bolsa de Metais de Londres (LME, na sigla em inglês), o dia também começou bastante negativo, chegando a mínimas em mais de um mês, mas houve alguma recuperação até o fechamento. Os contratos futuros de três meses do alumínio caíram 0,6%, para US\$ 2.098, enquanto o cobre teve queda de 0,7%, para US\$ 6.498, e o níquel, desvalorização de 1,4%, para US\$ 11.200.

Levantamento com 18 instituições financeiras mostra previsão média de US\$ 57 para o minério até o fim do ano

O resultado para as maiores mineradoras do mundo foi negativo. Na bolsa de Londres, as ações da Rio Tinto caíram 2,94%, terminando em 35,61 libras (US\$ 47,70), enquanto a BHP Billiton recuou 3,32%, para 13,63 libras. No caso da Glencore, a queda foi de 2,93%, para 3,53 libras.

Na B3, a Vale, principal produtora de minério de ferro e níquel do mundo, também sofreu com a reação dos investidores. As ações ordinárias recuaram 3,31%, para R\$ 33,62, enquanto as preferenciais classe A caíram 2,58%, para R\$ 30,98. O Ibovespa caiu 0,18% no dia.

Mas o momento da Vale continua positivo. Também ontem, o Credit Suisse divulgou relatório elevando o preço-alvo sobre os ADRs - recibos de ações - da Vale, de US\$ 8 para US\$ 9,50, mas mantendo a recomendação neutra para o papel. O ADR ON fechou a US\$ 10,74, queda de 2,72%.

"Esperamos que a Vale respeite o ciclo das commodities e mantenha um alto nível de disciplina na alocação de capital, evitando qualquer expansão ou aquisição antes que o nível certo de alavancagem seja alcançado e que os ajustes internos sejam entregues", afirmaram os analistas Ivano Westin, Renan Criscio e Rafael Cunha, responsáveis pelo texto.

A expectativa do banco suíço é que a mineradora registre dívida líquida de US\$ 10 bilhões, abaixo da meta anterior de US\$ 15 bilhões. Entre as medidas internas, o banco sugere que a Vale se aprofunde na melhora dos preços de venda do minério e na produção de melhor qualidade, encerrando operações menos rentáveis. O Credit ainda projeta produção de 360 milhões de toneladas de minério de ferro para 2017, 385 milhões de toneladas em 2018 e 400 milhões de toneladas a partir de 2019.

O consenso do mercado já era de que uma hora o desempenho das commodities iria arrefecer. Levantamento do **Valor** com 18 instituições financeiras, entre bancos, corretoras e agências de rating, mostrava previsão média de US\$ 57 para o minério, por exemplo, até o fim deste ano.

Para o banco alemão Commerzbank, houve uma reversão de sentimento dos investidores e compradores físicos por conta dos dados piores da economia chinesa. No mês passado, a produção industrial subiu 6% em comparação anual, a menor velocidade desde dezembro. Além disso, a formação bruta de capital fixo avançou 7,8% nos oito primeiros meses do ano, o pior resultado desde 1999.

"A economia chinesa provavelmente vai crescer mais lentamente no terceiro trimestre do que no período imediatamente anterior", diz o analista Daniel Briesemann, em relatório. "A confiança que estava presente no mercado não se reflete mais nos dados macroeconômicos."

O ICBC Standard Bank concorda e, também em relatório, previu que a correção nos preços das commodities possa se intensificar daqui para frente. "A postura fiscal do governo chinês de adotar medidas contracíclicas para elevar o investimento, em uma economia com crescimento mais sólido como agora, naturalmente é reduzida", lembra o analista Marcus Garvey.

Indústria e infraestrutura são os principais indicadores de demanda por matérias-primas. O desempenho de ambos os setores mostra como está o

consumo do minério de ferro e do cobre, mas também de alumínio por conta de estruturas necessárias no pós-construção, por exemplo.

Mas a corretora australiana ANZ Research acredita que não há motivo para pânico. Apesar de o menor investimento representar um risco para a demanda por commodities, a perspectiva não é de uma queda repentina, disse, em relatório. A instituição lembra que há três meses o governo aprovou adições ao orçamento para novos projetos de infraestrutura, o que demonstra sustentação do setor.

Além disso, a economista Betty Wang, responsável pelo texto da corretora, lembra que os gastos no setor imobiliário estão estáveis. Mesmo assim, ela prevê moderação no avanço da economia durante o segundo semestre, frente ao primeiro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Leilão da Cesp suspenso

O conselho diretor do Programa de Desestatização do governo paulista suspendeu ontem o processo de venda da geradora de energia Cesp, cujo leilão estava marcado para dia 26 deste mês. Segundo comunicado enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o processo ficará suspenso "pelo prazo necessário para a avaliação sobre a pertinência de eventuais ajustes". Mas o leilão deverá ocorrer ainda neste ano, informou ao **Valor** o secretário da Fazenda de São Paulo, Hércio Tokeshi. Segundo ele, a interrupção no processo de privatização não é decorrente de preço, mas da modelagem. Disse que uma das motivações foram as sugestões e dúvidas levantadas por potenciais interessados no ativo. "Achamos algumas observações relevantes, que podem nos ajudar a ter um leilão com mais concorrência." Tokeshi destacou ainda as mudanças de conjuntura desde o detalhamento das condições de venda da Cesp, no início de agosto, com surgimento de novos ativos de infraestrutura. E que, no setor elétrico, há a expectativa de publicação de uma Medida Provisória pelo governo federal com algumas alterações que poderiam mudar o "apetite" do investidor em relação à Cesp. As propostas de interessados deveriam ser entregues na próxima segunda-feira, dia 18.

Vale paralisa Onça Puma

A Vale recebeu na quarta-feira determinação da 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) de paralisação das atividades da mina Onça Puma, que produz níquel no Pará, até que seja comprovada a implantação do plano de gestão econômica e ambiental e outras medidas compensatórias em favor das comunidades indígenas afetadas. E ficou depósito mensal de um salário mínimo por membro de cada aldeia. Em caso de descumprimento, multa diária de R\$ 100 mil. Em nota, a Vale informou que suspendeu as operações na mina, e que adotará os recursos cabíveis contra a decisão do TRF1. Para o relator, desembargador federal Souza Prudente, a Vale "não apresentou os planos e programas preventivos mitigadores e compensatórios". Segundo a Vale, diversos laudos de empresas técnicas indicam que não há relação entre os elementos dissolvidos na água e alegados problemas de saúde com a atividade Onça Puma. E que a empresa passa R\$ 13 milhões por ano aos Xikrin.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: CPFL estuda participar de leilão de linhas da Aneel

A CPFL Energia planeja participar do próximo leilão de linhas de transmissão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), marcado para 15 de dezembro. Segundo o diretor-presidente da CPFL Geração, Fernando Mano, o objetivo é disputar lotes que estejam localizados em áreas onde o grupo já atua, por meio de distribuidoras ou projetos de geração de energia.

"Estamos olhando. Temos interesse em alguns lotes que se enquadram em nosso perfil. Mas a participação depende da aprovação interna dos nossos acionistas e do nível de competição do leilão", afirmou Mano, ao **Valor**.

A estratégia da companhia é disputar os lotes sozinha, sem parceiros. Isso porque os empreendimentos são relativamente pequenos e guardam sinergia com outros ativos do grupo.

A CPFL participou do último leilão, em abril, mas acabou não arrematando nenhum lote.

Segundo Mano, a companhia também olha oportunidades de aquisições de empresas ou ativos que tenham relação com a estratégia da companhia.

"Estamos sempre olhando oportunidades de crescimento, de criação de valor. A empresa tem objetivo de ser consolidadora. Então nesse sentido olhamos tanto oportunidades greenfield [novos projetos] quanto de oportunidades de M&A [sigla em inglês para fusões e aquisições] que possam surgir", completou.

A companhia já possui dois empreendimentos de transmissão arrematados em leilões antigos da Aneel. Um deles, a subestação Morro Agudo, no interior de São Paulo, foi inaugurada ontem.

A concessão do empreendimento foi arrematada em leilão da Aneel realizado em janeiro de 2015. A instalação entrou em operação em julho deste ano, três meses antes do prazo estipulado pela agência reguladora

A subestação será uma nova alternativa de suprimento para a região de Ribeirão Preto, até de atuação da CPFL Paulista, beneficiando cerca de 700 mil habitantes. O empreendimento também será uma nova rota de escoamento da produção de energia de usinas movidas a biomassa de cana-de-açúcar.

A CPFL investiu no projeto ao todo R\$ 200 milhões. Desse total, R\$ 100 milhões foram de investimentos diretos na subestação. A outra metade foi destinada a reforços e melhorias na rede de distribuição da CPFL Paulista.

Com relação ao investimento na subestação, o montante de R\$ 100 milhões foi integralmente financiado por meio de debêntures de infraestrutura.

Especificamente o projeto da subestação receberá uma receita anual permitida (RAP) de R\$ 10,8 milhões, reajustada anualmente pelo IPCA.

O primeiro projeto da CPFL arrematado em leilão de transmissão da Aneel foi a subestação Piracicaba, que iniciou a operação em julho de 2015. A unidade também demandou investimentos de R\$ 100 milhões, além de outros R\$ 100 milhões adicionais em reforços das linhas de distribuição e transmissão associadas. O empreendimento beneficiou 441 mil habitantes.

No leilão de dezembro da Aneel, serão ofertados cerca de 5 mil quilômetros de linhas, divididos em onze lotes em dez Estados. Os empreendimentos exigiram investimentos estimados em R\$ 8,8 bilhões e têm prazo de construção de 36 a 60 meses.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Cemig recorre ao STF para negociar usinas com União

A Cemig entrou com mandado de segurança, com pedido de liminar, no Supremo Tribunal Federal (STF), solicitando a suspensão dos efeitos da medida cautelar publicada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) que determinou a interrupção das negociações entre a Advocacia Geral da União (AGU) e a companhia mineira em relação à concessão de quatro hidrelétricas.

No documento, entregue ao STF na quarta-feira, a Cemig pede também uma liminar para suspender o leilão das usinas, atualmente previsto para 27 de setembro, até que as negociações entre a União e a empresa sejam ultimadas ou voluntariamente encerradas

No pedido, a companhia argumenta que a realização do leilão inviabiliza a continuidade das negociações no âmbito da câmara de conciliação, "esvaziando o núcleo essencial do direito líquido e certo em discussão".

Na última semana, o TCU determinou que a União interrompesse qualquer negociação com a Cemig sobre as usinas. Para o órgão, uma negociação direta entre as partes poderia trazer prejuízo à União e à sociedade, porque o contrato de concessão das usinas sairia pelo pagamento do bônus mínimo de R\$ 11 bilhões, estipulado pelo governo. E, na opinião do TCU, a realização do leilão pode gerar uma arrecadação superior a este valor.

Em paralelo, já existe decisão liminar do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) suspendendo o leilão do fim do mês. A AGU, no entanto, já recorreu da medida e aguarda uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o assunto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Braskem paga US\$ 10 milhões para encerrar ação nos EUA

A Braskem deverá pagar US\$ 10 milhões para encerrar a ação coletiva movida por detentores de recibos de ações (ADR, na sigla em inglês) contra a companhia nos Estados Unidos, conforme proposta de acordo encaminhada ontem à Justiça americana pela petroquímica brasileira e pelo investidor líder do processo. O valor acordado já inclui custas processuais.

A proposta foi protocolada no Tribunal do Distrito Sul de Nova York, que tem de aprová-la em caráter preliminar. Os detentores de ADRs que participam da ação coletiva também se posicionarão individualmente sobre os termos acordados, o que fará com que o encerramento do processo ocorra somente em alguns meses.

Em comunicado, a Braskem ressaltou que a proposta ainda está sujeita "a diversas condições, inclusive à homologação judicial".

A primeira ação contra a petroquímica controlada pela Odebrecht nos Estados Unidos foi apresentada em 2015. Mas, no fim do mês passado, os investidores

que processam a Braskem pediram a extensão de um prazo processual por três semanas uma vez que o acordo já estava sendo costurado.

Pesa contra a companhia na ação coletiva a acusação de ter violado as leis do mercado de capitais americano ao ter se envolvido em um esquema de pagamento de propina para obter vantagens na nafta comprada da Petrobras.

A petroquímica admitiu no ano passado que fez pagamentos irregulares relacionados ao contrato de nafta firmado em 2009 com a Petrobras e firmou, em dezembro de 2016, um acordo de leniência de R\$ 3,1 bilhões com autoridades no Brasil, Estados Unidos e Suíça, dentro da Operação Lava-Jato.

A ação é liderada pelo fundo de pensão Boilermaker-Blacksmith National Pension Trust, com sede em Kansas City, que representa investidores que negociaram recibos de ações (ADRs) da Braskem na bolsa americana entre julho de 2010 e março de 2015. A companhia teria infringido a lei ao divulgar comunicados "falsos e enganosos", omitindo seu envolvimento no esquema de propina. Com consequência, os ADRs da petroquímica teriam sido negociados com preços inflados, alegam os investidores. Os recibos de ações listados na Bolsa de Nova York representam 7% do capital da Braskem.

Ainda falta o envio do relatório 20-F referente ao exercício de 2016 à Securities and Exchange Commission (SEC). **(Colaborou Paula Selmi)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes | Do Rio

Título: Eleição na Vale para conselheiro motiva crítica de investidor

A eleição de dois membros independentes para o conselho de administração da Vale está motivar questionamentos de investidores sobre a regra da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) do voto a distância. Na quarta-feira, encerrou-se o prazo para que investidores incluíssem nomes de candidatos no boletim de voto a distância da assembleia da mineradora prevista para 18 de outubro que vai eleger, pela primeira vez na história da companhia, conselheiros independentes. A eleição faz parte do processo de migração da empresa para o Novo Mercado da B3.

O boletim de voto a distância surgiu como uma forma de facilitar o voto dos investidores, que, ao utilizar esse mecanismo, não precisam estar presentes na assembleia para votar. A CVM regulamentou o voto a distância pela instrução normativa 561 de 2015. A regra prevê que em empresas com capital social

acima de R\$ 10 bilhões os investidores precisam deter 0,5% do capital social da companhia para incluir nomes no boletim de voto a distância.

No caso da Vale, esse percentual representa 26,5 milhões de ações. Investidores avaliam que a regra da CVM é restritiva pois embora não impeça o lançamento de candidatura também não permite a inclusão do nome no boletim de voto a distância para quem não atingir 0,5% do capital social. O boletim é muito usado no caso da Vale pelos investidores estrangeiros.

Mineradora terá assembleia em 18 de outubro para eleger dois conselheiros independentes

Caberia a cada companhia com capital social acima de R\$ 10 bilhões decidir se flexibiliza a regra dos 0,5% para permitir a inclusão de nomes no boletim. Se isso não ocorre, a concorrência entre candidatos pode ser assimétrica, disseram investidores e advogados, uma vez que os nomes que constam do boletim de voto levam vantagem. Já teria havido pedido à Vale para a flexibilização da regra.

"A CVM não pode criar investidor de duas categorias", disse Mauro Cunha, presidente da Associação de Investidores no Mercado de Capitais (Amec). A afirmação se refere justamente aos investidores que conseguem entrar no boletim de voto e aos que não têm condições de superar essa "barreira". Cunha disse que a Amec vem conversando com a CVM para que a regra seja revista. Por escrito, a CVM respondeu: "A edição da Instrução CVM 561/15 foi precedida de debates com o mercado e do habitual procedimento de audiência pública realizado pela CVM, que tem como objetivo, entre outras questões, oportunizar a apresentação de ideias e comentários a respeito das propostas de regulamentação elaboradas pela autarquia." E acrescentou: "Independente desse fato, informamos que a CVM está realizando uma avaliação dos resultados do funcionamento do voto a distância em 2017 e está analisando todas sugestões recebidas dos participantes do mercado para o aperfeiçoamento da regulamentação da participação a distância em assembleias."

Há expectativa de que haja mais de um grupo de candidatos para as vagas de conselheiros na AGE da Vale, como já noticiado pelo **Valor**. A Vale não fala sobre o tema pois ainda está analisando a documentação recebida dos investidores. A companhia deve divulgar as candidaturas na segunda-feira. Não fica claro quantos candidatos poderão se apresentar na AGE pois, primeiro, terão que cumprir uma série de requisitos legais.

A gestora britânica Aberdeen foi a única a formalizar publicamente até agora as candidaturas de Sandra Guerra e Isabella Saboia para as vagas de conselheiros

independentes no conselho de administração da mineradora. Fica a dúvida, porém, se no fim poderá ser uma eleição de chapa única.

Fonte avaliou que o percentual de 0,5% não seria impeditivo pois diferentes investidores brasileiros poderiam se reunir e juntos superar esse percentual. Do capital social da Vale, formado por cerca de 5,3 bilhões de ações, 15% correspondem a investidores brasileiros. É equivalente a quase 800 milhões de ações da companhia, ou cerca de 30 vezes mais do que o número mínimo requerido pela CVM, no caso da Vale, para incluir candidato no boletim. Um investidor afirmou, porém, que não é qualquer investidor que tem acesso à lista de acionistas para conseguir formar "bloco" e fazer parte do boletim.

MME / ASCOM .